

O PAPEL DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO PERÍODO DA HISTÓRIA BRASILEIRA CONHECIDO COMO O “MILAGRE ECONÔMICO”

Luiz Carlos de Moura¹

Telmo Mylius Jr.²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apontar o papel do capital estrangeiro no “milagre econômico” brasileiro. Para tal, a metodologia utilizada para a investigação foi o método histórico, afim de que se possa haver uma compreensão ampla sobre o assunto, além de uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos que discorrem e analisam o momento que antecede assim como os anos do dito “milagre”. Também foram feitas análises em discursos da época do milagre econômico, bem como de discursos que antecederam esse período. A fonte dos discursos foi o site da biblioteca da Presidência da República. Como forma auxiliar de pesquisa foram consultados sites oficiais do governo para o fornecimento de dados sobre a época. Chegou-se à conclusão de que o capital estrangeiro teve fundamental importância para a expansão da economia brasileira registrada no período. Os principais fatores responsáveis apontados por essa entrada maciça de capital, seja para o financiamento da produção do setor privado ou o acúmulo de reservas pelo setor público, são a grande disponibilidade de liquidez na economia internacional naquele momento, aliada com as reformas internas por parte do governo para a captação desses recursos.

Palavras chave: Milagre Econômico. Capital Estrangeiro. Endividamento Externo.

¹ Aluno do curso de Relações Internacionais pela Uninter. (luiz_moura88@hotmail.com)

² Graduado em Administração pela UNISC-RS com especialização em Gestão de Recursos Humanos pela Univates-RS. Tutor Uninter – Polo de Apoio Presencial Venâncio Aires-RS. (tmylius@yahoo.com.br)

1 INTRODUÇÃO

O estudo fez uma análise do papel do capital estrangeiro no período da história brasileira conhecido como o “milagre econômico”, compreendido entre os anos 1968 a 1973. Foi feita uma análise da política econômica nacional nesse período e um estudo aprofundado das causas e consequências da entrada dessas divisas em nosso território e de que maneira impactaram na economia do país.

Além do objetivo principal, já citado, os outros objetivos desse trabalho são a contextualização da situação político-econômica em que se encontrava o Brasil, assim como a política econômica do país nesse período. Além de uma análise do contexto mundial da década de 1960 que propiciou essa grande expansão nacional, também objetiva-se demonstrar o legado econômico e estrutural deixado por esse momento de vultosos investimentos na economia brasileira.

O estudo servirá para um aprofundamento teórico nesse intervalo de tempo da história brasileira, o qual representa um marco na economia nacional. Também será válido na medida em que fará uma análise histórica de acompanhamento do contexto político-econômico nacional e internacional da época.

O problema que se pretende responder sobre o papel do capital estrangeiro nessa época, o será feito após uma abordagem da conjuntura político-econômica nacional e internacional das décadas de 1960 e 1970, analisando momentos anteriores de significativa importância, assim como o legado do período para a posteridade.

Uma introdução histórica se fará importante na medida em que ajudará na compreensão desse momento pelo qual o país estava passando. Assim sendo, o trabalho foi construído pelo método histórico, através de um acompanhamento do objeto a ser pesquisado: o “milagre econômico”, com uma pesquisa bibliográfica em sólidas obras sobre este momento, como “Economia Brasileira Contemporânea” Fábio Giambiagi (2011), “Ordem do Progresso” Marcelo de Paiva Abreu (1992), “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro” Maria da Conceição Tavares (1977), entre outros. Os autores selecionados, assim o foram pela relevância de suas obras e também porque dão as bases necessárias para a análise contextual do período.

2 O “MILAGRE ECONÔMICO”

2.1 Antecedentes

O Brasil entra na década de 1960 num período conturbado politicamente. Jânio Quadros, o então presidente, renuncia e assume o seu vice João Goulart (Jango). No início de 1963, quando Jango recupera seus poderes de governo (pois desde que assumiu o cargo de presidente, o país estava sob o regime parlamentarista), lança então as Reformas de Base (um conjunto de medidas, entre elas a reforma agrária, com o objetivo atenuar as desigualdades sociais da época), que são duramente criticadas pelos oposicionistas por considerarem-nas “reformas comunistas”. Os militares então aproveitam o momento de pressão contra o governo e no dia 2 de abril de 1964 tomam o poder. Essa tensão já é percebida em 1961, quando Jango faz o seu discurso de posse no Congresso Nacional, conforme trecho a seguir:

“A minha investidura, embora sob a égide de um novo sistema, consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional. [...] [agradeço] às forças da produção, que se colocaram ao nosso lado, por saberem que somos fator de equilíbrio, harmonia e conciliação no jogo das tensões sociais; à imprensa, ao rádio e à televisão, que, com indomável bravura, resistiram às violências e ameaças contra a liberdade de manifestação do pensamento; às Forças Armadas, que permaneceram fiéis ao espírito da democracia e devotaram-se à proteção da ordem jurídica; aos Governadores dos Estados que resistiram na defesa da legalidade; aos trabalhadores do Brasil, que deram uma impressionante demonstração de sua unidade, de modo pacífico e ordeiro, numa comovedora solidariedade na manutenção da ordem democrática.” (GOULART, 1961)

No campo econômico, a primeira ação do governo militar (com Castello Branco) foi o lançamento do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Os objetivos do programa segundo Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2007) eram:

Em linhas gerais, os objetivos colocados pelo PAEG eram: acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico, conter o progresso inflacionário, atenuar os desequilíbrios setoriais e regionais, aumentar o investimento e com isso o emprego e corrigir a tendência ao desequilíbrio externo. (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR, 2007, p. 393).

A agenda merece uma atenção especial já que prepara o país, econômica e institucionalmente, para o crescimento do final daquela década. Sendo assim, as principais medidas do PAEG foram: 1) Reforma Tributária: estímulo à acumulação de poupança e à aquisição de imóveis, unificação e diferenciação dos impostos em cascata, favorecimento dos estados mais pobres com novos critérios de distribuição de impostos, o surgimento de fundos parafiscais, como o FGTS e o PIS, e a chamada

“inflação corretiva”; 2) Reforma Monetário-Financeira: criação do CMN (Conselho Monetário Nacional) e do Bacen (Banco Central do Brasil), desenvolvimento de um mercado de títulos públicos para o financiamento do déficit público de uma forma não inflacionária, criação também do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e do BNH (Banco Nacional da Habitação) e a reforma do mercado de capitais; 3) Reforma Salarial: A fim de evitar crescimento elevado da demanda, aumentando assim ainda mais a inflação, a política salarial visava impedir aumentos salariais desproporcionais e corrigir distorções salariais principalmente nas empresas públicas. 4) Reforma da Política Externa: as principais medidas da reforma no setor externo foram a captação de investimentos e o estímulo às exportações, além da simplificação e unificação do sistema cambial e modernização das agências ligadas ao comércio exterior, possíveis graças aos objetivos explicados por Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2007):

A reforma do setor externo tinha por objetivo estimular o desenvolvimento econômico, evitando as pressões sobre o Balanço de Pagamentos. Destacam-se duas linhas de atuação nesse sentido: melhorar o comércio externo brasileiro e atrair o capital estrangeiro:

i - em relação ao comércio externo, buscou-se, por um lado, estimular e diversificar as exportações mediante uma série de incentivos fiscais (isenções fiscais – IPI, ICM, IR, crédito-prêmio do IPI, etc.) e da modernização e dinamização dos órgãos públicos ligados ao comércio internacional (Cacex e CPA). Quanto às importações, a ideia era eliminar os limites quantitativos e utilizar apenas a política tarifária como forma de controle. A principal medida adotada na área do comércio externo foi a simplificação e unificação do sistema cambial [...];

ii - quanto à atração do capital estrangeiro, [...] As ligações com o sistema financeiro internacional foram feitas por dois mecanismos: a **Lei nº 4.131**, que dava acesso direto das empresas ao sistema financeiro internacional, e a **Resolução nº 63**, que possibilitava a captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimento para repasse interno. Esta última significava a colagem do sistema financeiro nacional ao internacional e o início do processo de internacionalização financeira do Brasil. (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR, 2007, p. 400-401).

Sobre os parceiros econômicos do Brasil nessa época, Silva e Riediger (2016, p. 125) mencionam que “no plano econômico-comercial [o país] buscou ampliar e manter parcerias extra-hemisféricas, inclusive com os países socialistas”. Quanto à produção e a abertura externa da economia brasileira, Castello Branco sinalizava como sendo importantes manobras no início de seu governo no discurso de 1º de maio, conforme trecho que segue:

“Precisamos produzir muito, inclusive alimentos, e tudo isto numa justa e ordenada vida devotada ao trabalho. Para tanto, precisamos de capitais, nacionais ou estrangeiros, mas nunca do capitalismo com as distorções que devemos repelir, por já superadas.” (BRANCO, 1964)

Nota-se a preocupação com a inflação em dois trechos do discurso: no início “produzir muito, inclusive alimentos” é uma clara exposição de que se faltam alimentos, os preços sobem. Na parte final do trecho, a inflação é uma das distorções do capitalismo.

Além das reformas citadas, o governo ainda inicia uma política de elevação de impostos e corte nas despesas públicas, a fim de reduzir o déficit do Tesouro. Mais uma estratégia na luta pelo equilíbrio das contas governamentais.

De 1964 até 1966, as medidas já mostram seus primeiros resultados: a economia registra forte retração, com crescimento médio no biênio 64-65 de 2,9%, acompanhado de diminuição nas importações, resultado de um declínio na produção. Por outro lado, tem-se o início de baixa na inflação a partir de 1965, e em 1966 registra-se queda nas taxas de expansão monetária. O acumulado entre 1963 e 1967 registra uma decaída no crescimento econômico brasileiro pela metade.

Todas essas medidas, adotadas pelo governo numa tentativa de diminuição da inflação e do déficit das contas públicas que o Brasil enfrentava, se mostraram eficientes para o equilíbrio das contas públicas, já que os dados ao final de 1966 são expressivamente positivos no que tange a uma forte queda na inflação, assim como uma massiva redução dos gastos governamentais. Embora necessárias, essas medidas, obviamente, se mostram impopulares, o que traz a necessidade mais à frente de retomada do crescimento, e ele vem na forma do “milagre econômico”.

2.2 O início do “Milagre”

Em 1967 sai Castello Branco e entra em seu lugar Artur da Costa e Silva, com o Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto (que acompanhará também o governo Médici). Junto com a nova administração vem também a necessidade da retomada do crescimento como forma de legitimação do regime e manutenção da ordem, assim a nova equipe econômica procura uma estratégia de combate a inflação sem que essa seja muito severa na demanda, como aconteceu no governo anterior.

Num discurso na Confederação Nacional das Indústrias, em 1967, Costa e Silva fala sobre investimentos na indústria e melhora nos salários da população, ou seja, uma expansão na demanda:

“Vimos executando uma política monetária e uma política fiscal visando assegurar a consecução dos objetivos de retomada do desenvolvimento sem prejuízo do controle do processo inflacionário. [...] Um dos problemas que o setor industrial enfrenta é o da redução do poder aquisitivo dos consumidores, decorrência das medidas de combate à inflação. Para atenuá-lo, ainda que parcialmente, foi elevado o teto de isenção do Imposto de Renda, dando como efeito imediato o crescimento sensível dos salários reais de mais da metade dos contribuintes. Para minorar os efeitos depressivos oriundos da falta de capital de giro das empresas, o Governo procedeu a uma ampliação de prazo de recolhimento do imposto sobre produtos industrializados e criou condições para normalização do pagamento do tributo.” (COSTA E SILVA, 1967)

A inflação continua sendo uma preocupação do governo, porém há uma mudança de visão: antes diagnosticada como sendo uma inflação de demanda, agora a causa seria o custo do crédito, que faria uma pressão nos preços. Assim, conforme Lago (1992):

A ação sobre os preços através de controles diretos passaria logo a merecer mais atenção do governo e permitiria compatibilizar uma queda do ritmo de aumento dos preços (de caráter mais gradual do que aquele que a administração anterior pretendia), com taxas de crescimento da produção e do emprego mais elevadas. (LAGO, 1992, p. 235).

O governo, a partir de 1967, iniciaria um maior estímulo à demanda, principalmente com um aumento do crédito ao consumidor e à agricultura. No segundo caso com objetivos de garantir uma produção suficiente de alimentos, evitando assim uma escassez e consequente pressão sobre a inflação, e estimular as exportações de produtos primários, aumentando a receita.

Além disso, as exportações foram estimuladas através de subsídios, facilidades creditícias e redução dos entraves burocráticos. As minidesvalorizações cambiais a partir de 1968 também serviram para diversificar os mercados de produtos manufaturados. Segundo Lago (1992, p. 137) “criava-se, assim, também, um clima favorável para o investimento estrangeiro e para um acesso mais fácil do país a empréstimos externos.”

Isso somado aos investimentos governamentais em áreas como de infraestrutura, habitação, educação, e contenção da inflação, lançaram as bases para o

crescimento que já começava a se desenhar, com as tímidas margens em 1966 de 6,7% e 4,2% em 1967.

2.3 O “Milagre”

Em 1969 Costa e Silva se afasta por problemas de saúde e assume o poder Emílio Garrastazu Médici. Em seu discurso de posse, nota-se o tom de confiança e ousadia, assim como foi conduzida a política econômica durante todo o “milagre”:

“E tenho a diversificação e o aumento da produção agrícola, a ampliação das áreas cultivadas e a elevação da renda rural como essenciais à expansão de nosso mercado interno, sem o qual jamais chegaremos a ter uma poupança nossa, que nos torne menos dependentes e acione, com o nosso esforço, aliado à ajuda externa, um grande projeto nacional de desenvolvimento. [...] E creio que se pode tornar mais intenso o surto de comercialização de nossos produtos e buscar o comprador na extensão toda do mapa do mundo. [...] E me empenharei no sentido da utilização racional e efetiva do território brasileiro, na vivificação das estruturas municipais, na atenuação dos desequilíbrios regionais.” (MÉDICI, 1969)

Sobre esta última linha, ressaltam-se os investimentos diretos (através dos bancos regionais) e as obras federais, como a Rodovia Transamazônica.

Médici fazia parte da “linha dura” dentro do exército. Assim, com os protestos pela volta da democracia, o regime se tornou mais autoritário. O AI 5 é instituído e o governo de Médici se torna o mais rígido da ditadura. Embora no campo social, isso tenha significado perda de liberdade, para a economia significou que o governo poderia fazer todas as reformas que precisava sem oposição (já que com o AI 5 o Congresso foi fechado). No campo externo a situação também era favorável. Conforme Earp e Prado (2003):

A economia mundial cresceu aceleradamente durante a década de 1960. Entre 1961 e 1973 a economia norte-americana crescia a uma taxa média de 4,5% ao ano, o Japão a uma taxa de 9,4%, a Alemanha 4,3% e a Itália a 4,9%. [...]

A década de 1960 foi também um período em que o mercado de operações cambiais deixou de ser uma atividade financeira de pequeno porte para transformar-se em um imenso negócio de empréstimos internacionais em dólar para empresas transnacionais, governos e empresas públicas. (EARP; PRADO, 2003, p. 10).

Essa condição favorável da economia mundial aumentou a disponibilidade de liquidez com juros baixos, além disso, também proporcionou uma elevação nos preços

das *commodities*, das quais o Brasil era (e continua sendo) grande exportador. Hermann (2011, p. 67) expõe que o capital americano buscava aplicações mais rentáveis, não submetidas a tetos de juros, em outros países, o que deu origem ao chamado “mercado de eurodólares”, que eram depósitos em dólares mantidos em bancos fora dos Estados Unidos. Isso também favoreceu o Brasil, pois partes desses recursos acabaram indo para países em desenvolvimento, principalmente aqueles com expectativa de crescimento e com regimes políticos convenientes aos Estados Unidos. O capital entrava no país através de investimentos externos diretos, aplicados diretamente na produção de bens e serviços, e também através de empréstimos em moeda. Conforme afirma Hermann (2011, p. 67) “esses recursos foram os grandes responsáveis pelo “milagre” brasileiro em relação ao BP”.

Com objetivos claros traçados para o comércio exterior (expansão e diversificação), o governo efetuou algumas medidas, tais como: 1) As “minidesvalorizações cambiais” eliminaram as incertezas e a especulação. As desvalorizações que antes eram altas e com grandes intervalos de tempo, passaram a ser de menos de 2% e com intervalos de um a dois meses; 2) Financiamento preferencial a projetos de investimento em exportação, crédito à exportação e isenção de impostos; 3) Outras medidas indiretas: a desburocratização do sistema e melhorias na infra-estrutura de transportes e comercialização.

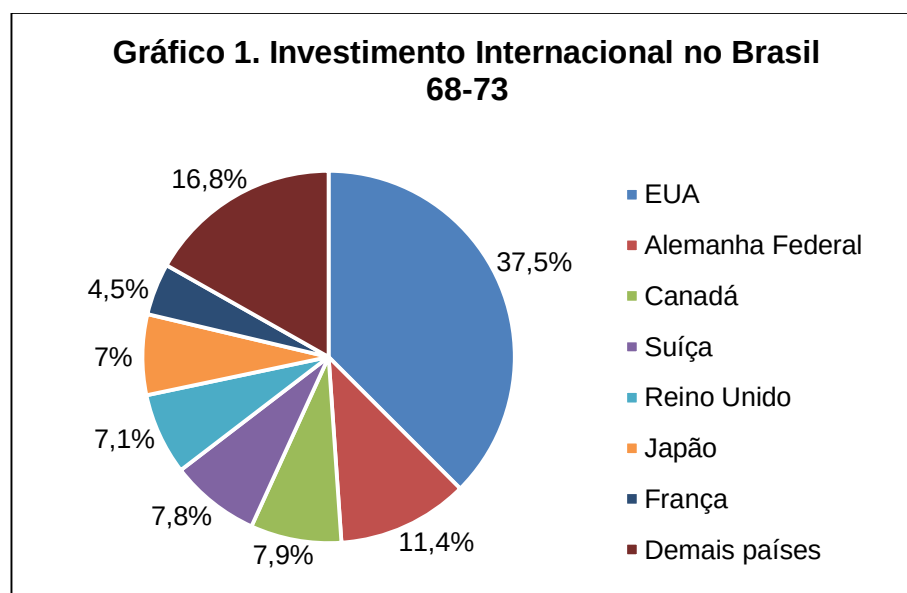
Além dessas medidas, foram criados incentivos para atrair investimentos e a formação de novas empresas exportadoras, conforme mostra Lago (1992):

Os incentivos incluíam: (i) isenção de Impostos de Importação e IPI até 1/3 do valor líquido de exportação média anual prevista; (ii) as importações necessárias não estariam sujeitas à lei do similar nacional (com aprovação do CDI e CPA); (iii) possibilidade de transferência de benefícios fiscais não totalmente utilizados em determinado ano para exercícios seguintes; (iv) permissão para transferência, entre empresas de um mesmo grupo, que apresentasse programa de exportação, dos créditos fiscais (IPI e ICM) anteriormente instituídos; (v) abatimento do lucro tributável da parcela correspondente à exportação de produtos manufaturados, equivalente à parte exportada da produção. (LAGO, 1992, p. 273).

A expansão econômica leva a uma pressão por importações (já que internamente havia uma insuficiência de matéria prima) financiadas pelas exportações, que aumentavam graças ao momento favorável da economia internacional (aumentando a demanda), e também pelos recursos externos. Essa situação acaba se transformando num ciclo: entrada de recursos externos para a

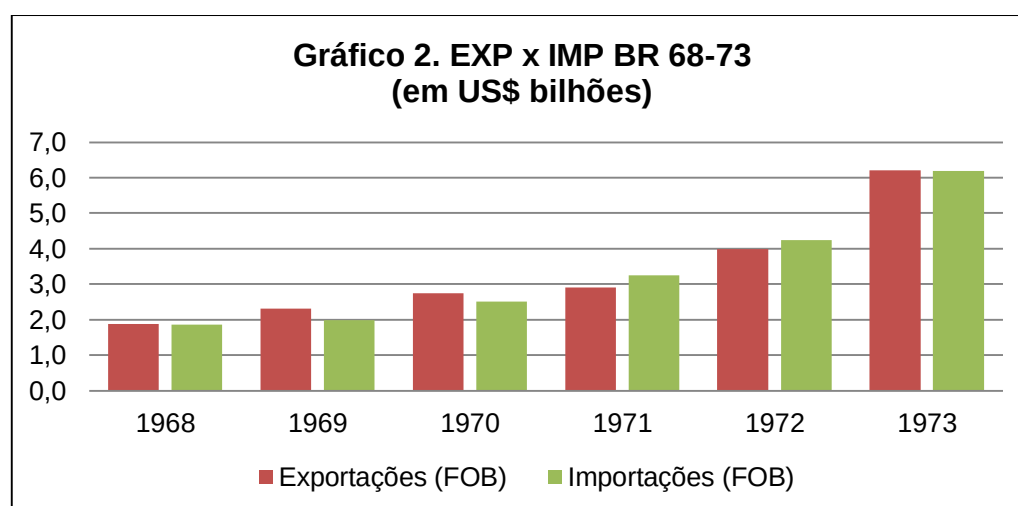
produção estimula a importação, esta possível graças ao capital externo que novamente estimula a produção.

O Gráfico 1 demonstra os principais investidores no Brasil naquele período:



Fonte: Produção própria a partir de dados de LAGO (1992, p. 282)

O Gráfico 2 expõe a relação exportação x importação:

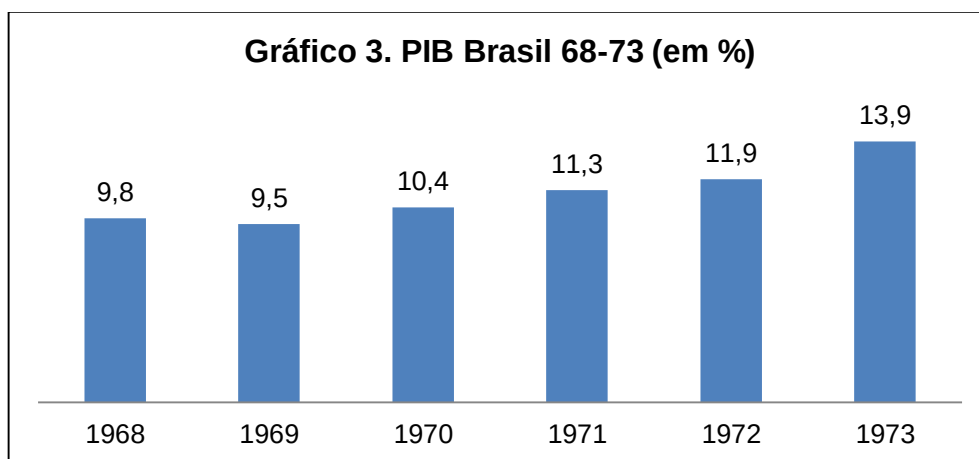


Fonte: Produção própria a partir de dados do IBGE.

O Gráfico 2 demonstra uma balança comercial positiva até 1970, resultado do forte estímulo às exportações. Nos anos 1971 e 1972 há um saldo negativo, devido à uma maior busca de matéria prima no exterior para manter o ritmo exportador, que volta a ficar ligeiramente positivo (US\$ 7 milhões) em 1973. A balança positiva em 1973 deve-se à dois fatores principais: 1) Redução do ritmo de produção, resultando

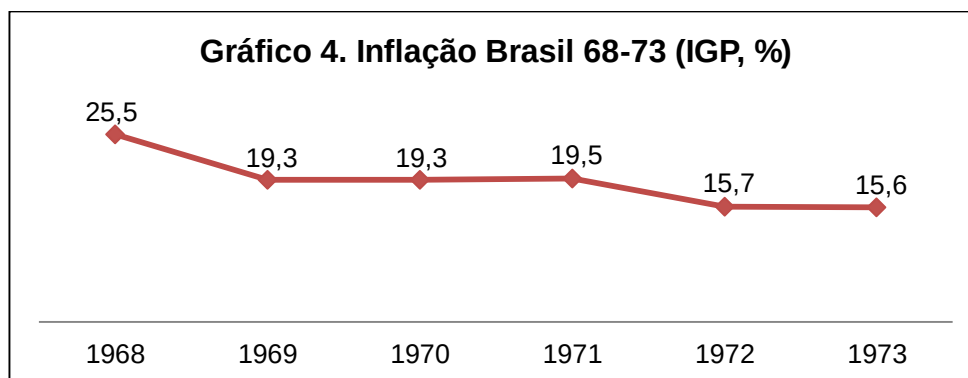
na queda das importações; 2) Parte do investimento externo vai também para o melhoramento do parque industrial nacional, o que torna o país menos dependente da matéria prima internacional.

Entre 1968 e 1973, o PIB real cresceu à taxa média de 11,2% a.a. (LAGO, 1992, p. 239). Nesse mesmo período a taxa média de crescimento da indústria de transformação e de construção foi de 13,3% e 15% a.a., respectivamente. Foi para essas duas áreas que os investimentos foram direcionados de forma mais incisiva.



Fonte: Produção própria a partir de dados do IBGE.

As taxas de inflação nesse período ficaram em torno dos 20%. A nova administração deixa de dar ênfase ao combate aos níveis de preços e foca no crescimento, admitindo uma tolerância com os níveis de inflação, desde que, ao longo do tempo, esses níveis mostrassem uma tendência gradual à queda (Gráf. 4).



Fonte: Produção própria a partir de dados do IBGE.

Delfim Neto define com certa paixão o momento pelo qual passava o país:

"O que caracterizou [o período] foi um amplo desenvolvimento, o maior desenvolvimento do mundo ocidental, com redução da taxa de inflação e com

equilíbrio externo. Quando terminou, o governo Médici estava crescendo 14% ao ano, tinha uma inflação de 15% ao ano, uma exportação de 6 bilhões. O emprego crescia 3 por cento ao ano e o salário real crescia três por cento ao ano. Senão quem é que consumia o enorme crescimento de produção. Foram criados naquele momento 15 milhões de empregos." (TRAMARIM, 2007)

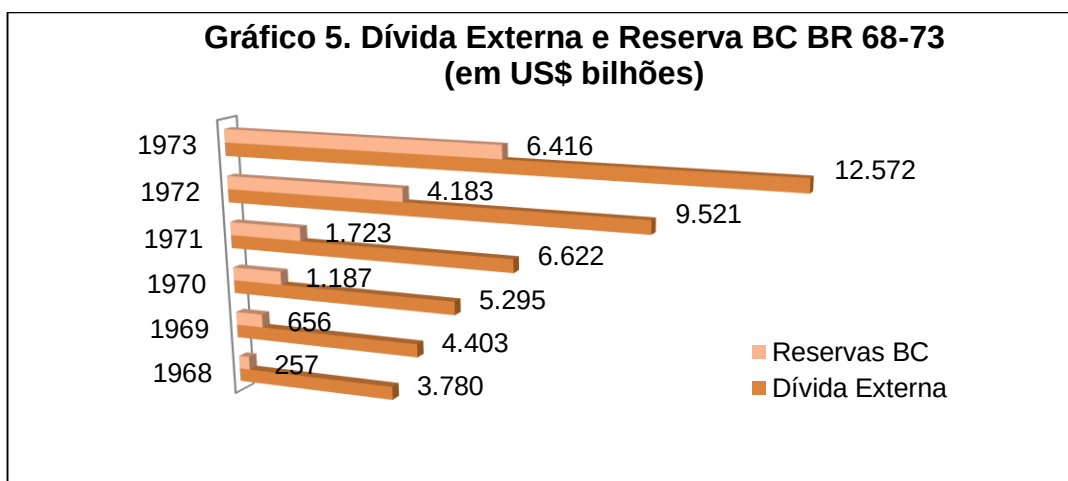
Os dados expressos pelo Ex Ministro são corretos, porém ele “esquece” de mencionar as consequências desse alto crescimento, relatadas no próximo ponto.

2.4 O Fim do “Milagre”

O momento favorável externamente e a facilidade de captação de recursos para o financiamento da produção, além de uma geração de poupança pelo governo (reserva de capital), trazia consigo o endividamento externo.

Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2007, p. 405) demonstram que “a dívida externa, no período, cresceu em torno de US\$ 9 bilhões, sendo que aproximadamente US\$ 6,5 bilhões se transformaram em reservas, ou seja, a dívida líquida correspondia a algo em de US\$ 6 bilhões”.

No Gráfico 5 pode-se visualizar a curva crescente da dívida externa brasileira e o aumento das reservas do Bacen:



Fonte: Produção própria a partir de dados do IBGE.

A partir de 1973, a situação externa começa a ficar menos favorável e a dívida brasileira aumenta, por dois motivos principais: 1º) A produção interna de petróleo era insuficiente nessa época para sustentar o ritmo de produção nacional elevado, então a maior parte do petróleo utilizado era importado da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Com a quebra do padrão dólar-ouro pelos EUA, há uma

desvalorização do dólar e os países da OPEP, que tinham grandes reservas de dólares, decidem aumentar o valor do barril de petróleo para compensar essa desvalorização de suas reservas. O Brasil continua comprando petróleo a um preço elevado, sem repassar essa diferença ao mercado interno; 2º) O choque do petróleo afeta toda a economia mundial e o clima favorável e progressista do início da década de 1970 acaba, provocando um recuo nas economias e alta nas taxas de juros. Essa alta afeta fortemente o Brasil, que captava seus financiamentos com juros flutuantes, o que não era um problema enquanto a situação internacional era favorável, pois os juros eram relativamente baixos. Porém com a crise, o país começa a se desfazer de suas reservas para pagar suas dívidas.

Conforme Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2007):

A manutenção do ciclo expansionista, em fins de 1973, dependeria cada vez mais de uma situação externa favorável. Essa situação, porém, foi rompida pela crise internacional desencadeada pelo primeiro choque do petróleo em 1973, quando os países membros da OPEP quadruplicaram o preço do barril de petróleo.

O balanço de pagamentos apresentou déficits no saldo de transações correntes, provocados não só pelo aumento do valor das importações de petróleo, mas também em função dos bens de capital e insumos básicos necessários para manter o nível de produção corrente do milagre econômico. (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR, 2007, p. 415).

Enquanto o endividamento externo aumentava, crescia também o índice de inflação: passa de 15,5% em 1973 para mais do que o dobro em 1974 (34,5%).

A nova administração (Geisel) entra com uma inclinação pelo ajustamento da economia. Porém, pelas pressões contra o regime e uma procura internacional pela assistência à liquidez, essa política é logo abandonada, mas com um ajuste da oferta no longo prazo. Encontra-se assim um meio termo entre o ajustamento (com contenção da demanda interna) ou a continuidade de financiamento do crescimento. Essa opção, porém, apesar de manter o crescimento a níveis menos elevados se comparados com os do “milagre”, leva o país a um aumento substancial da dívida e descontrole dos níveis inflacionários.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Milagre Econômico” foi um período importante para a história brasileira, um marco tanto pelo seu lado positivo quanto seu lado negativo. Do lado positivo temos a maior abertura externa econômica do país, desburocratização do setor exportador, uma diversificação e expansão das exportações e melhora do setor industrial. Essa

última pode ser considerada a mais importante, pois permite que o país passe a exportar (numa quantidade mais significativa) produtos manufaturados (com valor agregado). Do lado negativo temos a inflação desenfreada e endividamento externo (quadruplicado no período entre 68-73). Outro problema herdado pelo “milagre” foi um aumento da desigualdade social, pois o crédito liberado pelo governo nesse período chegou, em sua maioria, somente às classes média e alta.

O capital estrangeiro foi fundamental para o crescimento da economia do país registrado nessa época, principalmente no que compete à modernização da indústria nacional. O setor externo favorável (com elevada liquidez) juntamente com as reformas internas para a captação desses recursos podem ser apontados como os principais fatores que permitiram a entrada desse capital na economia nacional. Ressalta-se o fato de que essas reformas internas foram possíveis, em grande parte, porque o país era dirigido por uma ditadura e nesse período do “milagre” passava-se pelo seu momento mais rígido (o fechamento do Congresso deu liberdade para a administração governar por decretos-lei). Além disso, outro fator essencial foi o PAEG, desenvolvido nos governos anteriores ao “milagre”, permitiu os ajustes necessários para o crescimento posterior.

Os investimentos na indústria brasileira iniciaram-se de forma contínua desde o pós-guerra (TAVARES, 1977, p. 70). A questão apontada por Bielschowsky e Stumpo (1996, p. 188) é que desde o final do “milagre” esses investimentos têm sido insuficientes. Problema causado pela instabilidade macroeconômica que acompanha o país e impede que a indústria tenha competitividade internacional ainda hoje. Os autores concluem, e se considera válido também para este trabalho, que a solução a longo prazo é uma elevação na produtividade e na qualidade da produção brasileira, melhorando assim os resultados da balança comercial, dessa forma promovendo a estabilidade dos preços.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo; STUMPO, Giovanni. A Industrialização da Indústria Brasileira: Números e Reflexões Depois de Alguns Anos de Abertura. In: BAUMANN, Renato (Org.) *et al.* **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Campos, 1996.

BRANCO, Castello. **Mensagem ao Congresso Nacional**, 1964. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/discursos/1964-1/06.pdf/view>>. Acesso em 03 de Junho de 2017.

COSTA E SILVA, Artur da. **A Indústria e o Processo de Desenvolvimento Brasileiro**, 1967. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/1967/12.pdf/view>>. Acesso em 2 de Junho de 2017.

EARP, Fábio S.; PRADO, Luiz C. O "Milagre" Brasileiro: Crescimento Acelerado, Integração Internacional e Distribuição de Renda 1967-1973. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (Org.). **O Brasil republicano, O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 209-235. v. 4.

GOULART, João. **Perante o Congresso Nacional**, 1961. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/joao-goulart/discursos/1961/01.pdf/view>>. Acesso em: 02 de Junho de 2017.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELOS, Marco A. S.; TONETO JÚNIOR, Rudingi. Da Crise ao Milagre (1960-1973). In: _____. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 15, p. 388-412.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o "Milagre Econômico" (1964-73). In: GIAMBIAGI, Fábio *et al.* (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. cap. 3, p. 49-72.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Séc. XX**. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas>>. Acesso em: 15 de Junho de 2017.

LAGO, Luiz A. C. A Retomada do Crescimento e as Distorções do "Milagre": 1967-1973. In: ABREU, Marcelo P. (Org.) *et al.* **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

MÉDICI, Emílio G. **Mundo Sem Fronteiras**, 1969. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1969/04.pdf/view>>. Acesso em: 3 de Junho de 2017.

SILVA, André L. R; RIEDIGER, Bruna F. A política externa brasileira durante o regime militar (1964-1985). In: _____. **Política Externa Brasileira**. Curitiba: Intersaberes, 2016. Cap 4, p. 119-148.

TAVARES, Maria C. **Da Substituição das Importações ao Capitalismo Financeiro**: Ensaio sobre a Economia Brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

TRAMARIM, Eduardo. **"O milagre econômico brasileiro"**, 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E>>

HISTORIA/340435-O-MILAGRE-ECONOMICO-BRASILEIRO.html>. Acesso em: 19 de Junho de 2017.